



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567515 - SP (2020/0071291-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MAICON LIMA CLAUDINO
ADVOGADO : MAICON LIMA CLAUDINO - SP372648
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KLEBERSON DA SILVA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de KLEBERSON DA SILVA PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do HC n.º 2270418-81.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 28/09/2019, denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque escondidos no estofamento do seu veículo, (fl. 58):

"transportava, para fins de entrega ao consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 159 (cento e cinquenta e nove) porções de cocaína, com peso líquido de 36,02g (trinta e seis gramas e dois centigramas), 142 (cento e quarenta e duas) porções de cocaína, com peso líquido de 29,33g (vinte nove gramas e trinta e três centigramas), 21 (vinte e uma) porções de Cannabis Sativa L, comumente conhecida por "maconha", com peso líquido de 39,96g (trinta e nove gramas e noventa e seis centigramas), substâncias que determinam dependência física e psíquica."

Irresignada com a conversão do flagrante em prisão preventiva, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão sem ementa, juntado às fls. 42-46.

Neste *writ* substitutivo, o Impetrante sustenta que a " Prisão Preventiva estava claramente carecedora de justa causa, permanecendo esta como punição de forma antecipada. Ocorre, que o Douto Julgador de primeiro grau, mesmo diante da demonstração DA DESNECESSIDADE DA PRISÃO, como da FALTA DE VERDADE APRESENTADA PELOS PMs, decidiu erroneamente pela manutenção da prisão cautelar" (fl. 23). Tenta comprovar com imagens de câmera de segurança a inconsistência do flagrante.

Afirma que o Paciente preenche os pressupostos para a concessão da liberdade provisória, pois é ele primário, com residência fixa e ocupação lícita, bem como a falta de fundamentação da decisão alvejada por apresentar teor genérico sem alusão a qualquer elemento concreto.

Aduz a possibilidade de aplicar medidas cautelares diversas da prisão, considerada a integridade física e moral dos custodiados no período da pandemia de corona vírus.

Busca, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para determinar a imediata libertação do Paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura, aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária, não constato a presença do *fumus boni iuris* necessário para o deferimento do pleito liminar.

De início, vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para

instaurar a ação penal, com o recebimento da denúncia, reconhecer que os indícios de autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar, como pretende a Defesa, implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a Acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.

Quanto aos requisitos da prisão preventiva, a Corte paulista, ao denegar o *writ* originário, ressaltou que (fl. 45):

"Não obstante o entendimento contrário do impetrante, além de a prisão se assentar na existência de comprovação de materialidade e indícios de autoria, a r. decisão impugnada (fl. 93/94) está suficientemente fundamentada, referindo-se à preservação da ordem pública e à gravidade dos fatos a justificarem a prisão como necessária, e nenhuma outra medida, não se podendo olvidar da expressiva quantidade de droga apreendida a evidenciar sua destinação ao comércio ilícito, e que o paciente possui outros apontamento criminais (Folha de antecedentes fls. 52/65 do autos digitais da origem), o que demanda maior cautela para a concessão do benefício pretendido."

Com efeito, a fundamentação para a conversão da prisão em flagrante em preventiva não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, considerando, sobretudo, que foi mencionada a gravidade em concreto da ação criminosa, consubstanciada na apreensão de considerável quantidade de drogas (fl. 89) – **mais de 60 gramas de cocaína e quase 40 gramas de maconha** –, bem como o risco concreto de reiteração delitiva, já que **o Paciente possui condenações por roubo, furto e receptação**, o que, em princípio, justifica a segregação cautelar como garantia da ordem pública, conforme jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E CORRUPÇÃO DE MENORES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. 1. Reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva acarreta, inevitavelmente, aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, sendo impróprio na via do habeas corpus.

2. A custódia cautelar foi suficientemente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública, tendo sido consignado pelo Magistrado de primeiro grau que o Paciente é integrante de organização criminosa voltada à prática do delito de tráfico ilícito de drogas e "possui registro criminal pela prática de crime de roubo majorado", a demonstrar a possibilidade concreta de reiteração delitiva.

3. Aplica-se, na espécie, o entendimento de que "[n]ão há ilegalidade na decisão que decreta a prisão preventiva com base em elementos concretos aptos a revelar a real necessidade de se fazer cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa para assegurar a ordem pública" (RHC 144.284 AgR, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe 27/08/2018).

4. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

5. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei

n.º 12.403/2011.

6. *Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.*" (HC 528.222/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 19/11/2019).

Por fim, até porque a matéria não foi tratada no acórdão impugnado, o Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso é o responsável pela expedição do mandado de prisão, sobretudo no caso, onde não foi comprovado o real estado de saúde do Paciente, tampouco as condições do estabelecimento prisional.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente acerca do andamento processual e da atual situação prisional do Paciente –, devendo informar a senha de acesso ao processo, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora